



TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3.885/2025 (1Doc)

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, e Art. 9º da Instrução Normativa n.º 81/2022-SEGES/ME)

Setor Demandante: **COORDENAÇÃO DOS MOTORISTAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, inciso XXIII, “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021, e Art. 9º, Inciso I, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” da Instrução Normativa n.º 81/2022-SEGES/ME):

1.1. DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OIAPOQUE.

1.2. DA NATUREZA DA CONTRATAÇÃO: O objeto enquadra-se como bem comum com fornecimento continuado.

1.3. DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS: As especificações e os quantitativos estão devidamente demonstrados na tabela a seguir:

ITEM	CATALOGAÇÃO CATMAT		DETALHAMENTO DO PRODUTO	UND	QTD
	GRUPO	CÓDIGO			
1.	577	264581	Pneu 265/70 - R16 82T (5 PICK-UP)	UND	20
2.	577	275586	Pneu 165/70 - R14 82T (2 KWID)	UND	08
3.	577	344268	Pneu 175/65 – R14 82T (1 MOBI)	UND	05
4.	577	293802	Pneu 225/70 - R16 84T (1 AMBULÂNCIA)	UND	05
5.	577	313136	Pneu 110/90 – 17 (1 MOTO)	UND	03
6.	577	344502	Pneu 245/70 R16 (1 S10)	UND	05
7.	577	269566	Pneu 225/75 – R16C (2 VAM)	UND	10
TOTAL DE PNEUS					56

1.4. DO PRAZO DO CONTRATO:

1.4.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do contrato no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas.

1.4.2. O prazo descrito no subitem 1.4.1 é improrrogável.

1.5. INDICAÇÃO DO LOCAL DE ENTREGA E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:

1.5.1. Os Pneus Novos serão solicitados e entregues de forma imediata e integral, nos termos do Inciso X do Art. 6º da Lei n.º 14.133/21.

1.5.2. Os Pneus Novos serão requisitados mediante a competente Ordem/Requisição de Compra expedida pela Contratante e deverão ser entregues na sede da SEMSA/PMO, situada na Rua Getúlio Vargas, n.º 425, Bairro Paraíso, CEP: 68.980-000, Oiapoque/AP, ou em outro setor devidamente informado pela Contratante, no horário de 08h:00Min às 12h:00Min e 14h:00Min às 18h:00Min.

1.5.3. A CONTRATADA, deverá entregar integralmente os equipamentos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Ordem/Requisição de Compra.

1.5.4. O recebimento do objeto se dará:

1.5.4.1. Provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 05 (cinco) dias pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Contrato, na proposta da CONTRATADA;

1.5.4.2. Definitivamente pelo gestor do contrato, no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da quantidade e qualidade dos equipamentos e consequente aceitação que deverá ser formalizada mediante termo detalhado.



1.5.4.3. O objeto contratual poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com este Termo de Referência, com o contrato e com a proposta da CONTRATADA, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

1.5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou neste instrumento, nem pelos prejuízos resultantes da incorreta execução contratual.

1.6. DA GARANTIA DO OBJETO

1.6.1. O prazo de garantia do objeto é aquele estabelecido na lei nº 8.078, de 11 de setembro 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

1.7. DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1.7.1. Não se aplica.

1.8. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

1.8.1. Não haverá exigência de garantia da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Art. 6º, Inciso XXIII, “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021, e Art. 9º, Inciso II da Instrução Normativa nº 81/2022-SEGES/ME)

2.1. O presente Termo de Referência está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar – ETP que compõe os autos do processo.

2.2. A necessidade da contratação está devidamente descrita no Item 1 do Estudo Técnico Preliminar – ETP que compõe os autos do processo.

2.3. O objeto deste TR encontra-se previsto no Plano de Contratação Anual do Município de Oiapoque, compondo o Item 270 da área Consumo/Material do Plano de Contratação Anual da Município de Oiapoque.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º, Inciso XXIII, “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, e Art. 9º, Inciso III da Instrução Normativa nº 81/2022-SEGES/ME)

3.1. A descrição da solução como um todo, abrange a Contratação de Empresa para Aquisição de Pneus Novos para atender as demandas da Frota de Veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Oiapoque.

3.2. Considerando as características de utilização, os quantitativos e prazo necessários para atendimento das demandas e o valor estimado da contratação, conclui-se que a melhor opção é a mais vantajosa, adequada e disponível no mercado, sob a égide dos princípios da legalidade, eficiência, finalidade pública, oportunidade, continuidade do serviço público e conveniência da Administração Pública, é a contratação de Empresa para Aquisição de Pneus Novos, mediante contratação direta através de Dispensa de Licitação, fundamentada Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, tendo em vista que, a partir da realização deste Estudo, essa solução é a mais viável e vantajosa do ponto de vista técnico/operacional, econômico, bem como atende aos princípios da legalidade, celeridade e eficiência.

3.2.1. No presente caso, sugere-se a dispensa de licitação sem disputa. A sugestão aqui trazida decorre do fato de que a “possível” potencial economia obtida em uma disputa não compensa o custo processual que está diretamente proporcional ao tempo gasto no processo administrativo de contratação. Isso porque, na dispensa com disputa exige-se um prazo mínimo de 4 (quatro) dias, sendo 1 (um) dia para cadastrar a divulgação do aviso e mais 3 (três) dias para a finalização da disputa. Portanto, a “potencialidade” do desconto a ser obtido na disputa não compensa o aumento do custo processual, tornando a Dispensa com disputa “deficitária”.

3.2.2. Por outro lado, a Administração deverá valer-se de propostas de empresas do ramo pertinente ao objeto para aferição da proposta mais vantajosa para Administração Pública, a fim da obtenção do melhor preço. Além do mais, o valor estimado da contratação servirá de base para verificação da proposta mais vantajosa para a Administração. Dessa forma, a realização da dispensa de licitação sem disputa não interferirá do ponto de vista técnico e econômico na vantajosidade a ser obtida pela CONTRATANTE.



3.2.3. Conforme autoriza o §4º do Art. 7º da Instrução Normativa SEGES n.º 65/2021 “Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.”. Neste caso, a presente pesquisa poderá servir de base para aferição da proposta economicamente mais vantajosa.

3.3. Tendo em vista o prazo para a contratação (Subitem 5.3 do DFD), a inexistência de processos com o mesmo objeto para o presente exercício financeiro, bem como o valor estimado, verifica-se que a presente contratação não representa fracionamento de despesa.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, “d”, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e Art. 9º, Inciso IV da Instrução Normativa n.º 81/2022-SEGES/ME)

4.1. O objeto enquadra-se como bem comum com fornecimento continuado, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Os requisitos considerados para a contratação se justificam pela necessidade de aquisição de, através de empresa que seja no ramo pertinente ao objeto, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente. Nesse sentido, para a contratação em questão se faz necessário, ainda, o atendimento dos seguintes requisitos:

4.2.1. Que a empresa apresente toda a documentação legal necessária para comprovar sua regularidade, de acordo com o disposto neste Termo de Referência;

4.2.2. Que a contratada forneça os produtos de acordo com as especificações e quantitativos exigidos, estando sua aceitação condicionada a devida fiscalização, não sendo aceito produtos cujo as condições não estejam aptas ao uso;

4.2.3. Que atenda aos termos, diretrizes e critérios estabelecidos pelo INMETRO - Portaria n.º 544, de 25/10/2012 do INMETRO;

4.2.4. Que atenda as especificações técnicas mínimas e quantidades constantes neste TR;

4.2.5. Que os produtos estejam em conformidade com as normas técnicas da ABNT e Resoluções do CONAMA;

4.2.6. Deverão ser observados critérios de sustentabilidade, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/2021, incluindo o atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a adoção de práticas que contribuam para maior durabilidade dos produtos e redução de impactos ambientais.

4.2.7. Seguir o padrão sobre o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010. Resolução CONAMA nº 416/2009, Instrução Normativa n 09/2021 e normas correlatas.

4.2.8. Só será admitido os pneus que possuem a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, de acordo com as classes, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021;

4.2.9. Que os produtos atenderam às normas técnicas vigentes, especialmente às exigências do INMETRO e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quando aplicáveis.

4.2.10. Deverá ser avaliada a compatibilidade dos pneus com os veículos oficiais da SEMSA/PMO, observando os manuais dos fabricantes dos veículos.

4.2.11. O fornecimento deverá ocorrer dentro dos prazos definidos neste Termo de Referência, de modo a não comprometer a operação da frota da SEMSA/PMO.

4.2.12. Os Pneus Novos serão requisitados mediante a competente Ordem/Requisição de Compra expedida pela CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede da SEMSA/PMO, situada na Rua Getúlio Vargas, n.º 425, Bairro Paraíso, CEP: 68.980-000, Oiapoque/AP, no horário de 08h:00Min às 12h:00Min e 14h:00Min às 18h:00Min, ou em outro local devidamente designado pela CONTRATANTE, em dias úteis.

4.2.13. A CONTRATADA, deverá entregar Pneus novos no prazo de até 48h. (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da Ordem/Requisição de Compra.

4.2.14. A fiscalização e aceitação do objeto ficará a cargo de servidor da Unidade Administrativa da SEMSA/PMO que será devidamente nomeado como fiscal do contrato mediante Portaria.



4.3. O transporte, a entrega e o descarregamento dos objetos são de responsabilidade da CONTRATADA e devem ocorrer exclusivamente às suas expensas, incluindo as despesas com frete, pessoal, taxas, encargos e quaisquer outras necessárias para o fornecimento dos pneus.

4.4. Os pneus entregues deverão vir acompanhados da respectiva Nota Fiscal, devendo ser entregue ao fiscal designado pela SEMSA.

4.5. Os pneus somente serão considerados entregues definitivamente após a verificação de todos os parâmetros necessários para o seu aceite (tais como qualidade, quantidade, compatibilidade, autenticidade, e outros que se fizerem necessários) e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada por servidor designado pela SEMSA.

4.6. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto da contratação.

4.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.

4.8. Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos princípios delineados no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que a CONTRATADA observe as exigências ambientais e sociais inerentes ao objeto da presente contratação, contidas nas legislações correlatas aplicáveis a espécie.

4.8.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a CONTRATADA deverá promover práticas de sustentabilidade ambiental, de acordo com as normas legais aplicáveis a espécie, tais como:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.9. Além das práticas de sustentabilidade elencadas no subitem **4.8.1.** a CONTRATADA deve comprovar, ainda:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.6.2.1. A comprovação dos critérios exigidos nas alíneas de “a” a “d” do subitem 4.8.1 poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências solicitadas.

4.6.2.2. Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação aos critérios acima exigidos, a SEMSA/PMO poderá realizar diligências para a verificação da adequação dos equipamentos e materiais às exigências solicitadas, correndo as despesas por conta da Contratada.

4.10. Das obrigações e deveres das partes.

Rua Getúlio Vargas, n.º 425, Paraíso, Oiapoque/AP, CEP 68.980-000.

✉ E-mail: fms.oiapoque485@gmail.com



3.3.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 3.3.1.1.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades no produto e/ou na entrega do mesmo, fixando o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para sua substituição.
- 3.3.1.2.** Exigir que o objeto esteja de acordo com a descrição e especificações contidas neste Termo de Referência e no contrato.
- 3.3.1.3.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Termo de Referência, as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 3.3.1.4.** Prestar informações e esclarecimento que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 3.3.1.5.** Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do objeto contratado, nas condições, prazos e valores estabelecidos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas neste Termo de Referência e no contrato.
- 3.3.1.6.** Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo de Referência e do contrato.
- 3.3.1.7.** Receber e fiscalizar a o objeto do contrato, verificando a sua correspondência com as especificações prescritas neste Termo de Referência, no contrato e nas Ordens/Requisições de Compra, atestando sua conformidade.
- 3.3.1.8.** Supervisionar e fiscalizar a execução do objeto contratual, sob o aspecto quantitativo, qualitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer e substituir quaisquer produtos que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas neste Termo de Referência, no contrato ou na Ordem/Requisição de Compra.
- 3.3.1.9.** Fiscalizar, através de servidor formalmente designado pela CONTRATANTE como fiscal do contrato, toda execução do contrato, ficando ciente a CONTRATADA que a presença da fiscalização por parte do CONTRATANTE não exclui nem diminui a sua responsabilidade por eventuais danos, prejuízos, etc. causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros.
- 3.3.1.10.** Promover a gestão do contrato através de servidor formalmente designado pela CONTRATANTE como gestor do contrato.
- 3.3.1.11.** Rejeitar qualquer serviço executado em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no contrato.
- 3.3.1.12.** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo sua substituição, sob pena de suspensão do contrato, ressalvado os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela CONTRATANTE.
- 3.3.1.13.** Solicitar, em tempo hábil, a substituição dos produtos que não tenham sido considerados adequados.
- 3.3.1.14.** Notificar oficialmente à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual e quaisquer falhas ocorridas, sejam elas de natureza leve ou grave.
- 3.3.1.15.** Atestar Notas Fiscais correspondentes após a efetiva entrega dos produtos.
- 3.3.1.16.** Designar formalmente um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado.
- 3.3.1.17.** Designar formalmente um servidor para realizar a gestão do contrato.
- 3.3.1.18.** Fornecer, sempre que for necessário e quando solicitado pela CONTRATADA, informações adicionais pertinentes ao objeto contratado.
- 3.3.1.19.** Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 3.3.1.20.** Aplicar as sanções e penalidades administrativas pertinentes, por qualquer infração cometida pela CONTRATADA, assegurando o direito a ampla defesa e ao contraditório.
- 3.3.1.21.** Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum



interesse para a boa execução do objeto e do contrato, devendo a Contratante decidir no prazo de até 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.3.1.22. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do protocolo.

3.3.1.23. Cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

3.3.2. São obrigações da CONTRATADA:

3.3.2.1. Entregar o objeto solicitado deste Termo de Referência na sede da Secretaria Municipal de Saúde, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da respectiva Ordem/Requisição de Compra, em sua embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, devidamente identificado, acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas;

3.3.2.2. O transporte dos mesmos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade dos mesmos.

3.3.2.3. Entregar os pneus dentro das especificações contidas neste instrumento e nas respectivas Ordem/Requisição de Serviço, responsabilizando-se pela troca, no prazo de 48h (quarenta e oito horas) em caso de danificação do produto ou de sua embalagem, desde que a danificação na embalagem comprometa o uso/consumo futuro do produto em questão, independentemente do motivo alegado;

3.3.2.4. Respeitar e cumprir os prazos para entrega dos mesmos;

3.3.2.5. Fornecer produtos de alta qualidade, sem falhas ou quaisquer outras avarias que possam prejudicar ou impedir o seu uso.

3.3.2.6. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para SEMSA/PMO.

3.3.2.7. Executar o objeto deste Termo de Referência e do futuro contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidos nos referidos instrumentos;

3.3.2.8. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos e/ou prejuízos causados por seus prepostos e/ou empregados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da CONTRATANTE e/ou a terceiros, durante a execução do futuro contrato, não eximindo nem reduzindo essa responsabilidade a presença da fiscalização por parte da CONTRATANTE;

3.3.2.9. Encaminhar ao Setor Financeiro da CONTRATANTE as notas fiscais/faturas concernentes ao objeto contratual;

3.3.2.10. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução do contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução do fornecimento, bem como o custo de transporte, inclusive seguro, carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da CONTRATADA;

3.3.2.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação;

3.3.2.12. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, bem como substituição do objeto se for o caso, no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a contar do recebimento da notificação;

3.3.2.13. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado no art. 125 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

3.3.2.14. A CONTRATADA é, para todos os fins e efeitos jurídicos, única e exclusiva responsável por seus empregados/prepostos, colaboradores e/ou prestadores de serviços, afastando a CONTRATANTE, em todas as hipóteses, de qualquer responsabilidade fiscal, trabalhista, comercial, civil, penal, administrativa e previdenciária que incidam sobre o objeto ou sobre o contrato firmado pela Contratada.



- 3.3.2.15.** Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados e/ou prepostos, durante a execução do objeto do Contrato.
- 3.3.2.16.** Manter representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente integralmente em todos os seus atos.
- 3.3.2.17.** Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e do objeto a ele inerente;
- 3.3.2.18.** Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do futuro Contrato.
- 3.3.2.19.** Pagar regulamente os impostos, taxas e demais contribuições e tributos decorrentes da execução do objeto do instrumento contratual.
- 3.3.2.20.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 3.3.2.21.** Cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).
- 4.9.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, Inciso XXIII, “e”, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e Art. 9º, Inciso V da Instrução Normativa n.º 81/2022-SEGES/ME)

5.1. Os pneus novos serão requisitados mediante a competente Ordem/Requisição de Compra expedida pela CONTRATANTE e deverão ser entregues na sede da SEMSA/PMO, situada na Rua Getúlio Vargas, n.º 425, Bairro Paraíso, CEP: 68.980-000, Oiapoque/AP, no horário de 08h:00Min às 12h:00Min e 14h:00Min às 18h:00Min.

5.2. A CONTRATADA deverá fornecer os pneus novos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da respectiva Ordem/Requisição de Fornecimento.

5.3. A CONTRATADA deverá fornecer pneus que atendam às especificações mínimas abaixo exigidas:

- a) Identificação do produto (marca, modelo e medida);
- b) Pneus novos, sem uso anterior, não sendo admitidos pneus recapados, remoldados ou recauchutados;
- c) Embalagem original ou proteção adequada para transporte;
- d) Data de fabricação visível no flanco do pneu;
- e) Prazo de validade/vida útil conforme normas técnicas vigentes;
- f) Número do lote, quando aplicável;
- g) Nome do fabricante;
- h) Certificação de conformidade do INMETRO, quando exigida;
- i) Atendimento às normas do CONTRAN e da ABNT, quando aplicáveis.

5.4. Os pneus serão requisitados mediante a competente Ordem/Requisição de Fornecimento expedida pela Contratante e deverão ser entregues na sede da SEMSA/PMO, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 425, Bairro Paraíso, CEP: 68.980-000, Oiapoque/AP, no horário das **08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00**, em dias úteis.

5.5. A CONTRATADA deverá efetuar a entrega dos pneus no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem/Requisição de Fornecimento.

5.6. A fiscalização e o aceite do objeto ficarão a cargo de servidor da Unidade Administrativa da SEMSA/PMO, devidamente designado como Fiscal do Contrato, mediante Portaria, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.7. Os pneus deverão ser transportados e armazenados de forma adequada, preservando suas características físicas e estruturais, evitando exposição a calor excessivo, umidade, deformações ou qualquer condição que comprometa sua qualidade e segurança.

5.8. Os pneus entregues deverão estar em perfeitas condições de uso, sem cortes, bolhas, deformações ou qualquer outro defeito aparente, devendo a data de fabricação estar dentro do prazo máximo admitido neste Termo de Referência, contado a partir da data do recebimento.



5.9. Todos os pneus, bem como os procedimentos relacionados ao seu fornecimento, deverão estar em conformidade com a legislação vigente, normas técnicas e demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pelo INMETRO e pelo CONTRAN.

5.10. Os pneus deverão ser plenamente compatíveis com os veículos que compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde, incluindo ambulâncias, veículos leves e utilitários, observadas as especificações técnicas definidas no Termo de Referência, garantindo desempenho adequado às condições de tráfego urbano e rural do Município de Oiapoque, especialmente quanto à aderência, estabilidade, resistência ao desgaste e segurança operacional.

5.11. Os pneus a serem fornecidos deverão ser novos, (não serão aceitos pneus com materiais reciclados, remanufaturados, recondicionados, remodelados, renovados, reformados, recauchutados ou oriundos de qualquer outro processo similar) de borracha, de primeira qualidade (primeira linha);

5.12. A identificação do fabricante, a data de fabricação, a medida, o índice de carga e velocidade deverão estar claramente impressos no flanco do pneu, conforme exigências legais e normativas.

5.13. A entrega e o descarregamento dos pneus são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, correndo exclusivamente às suas expensas todas as despesas com frete, transporte, carga, descarga, seguros, tributos e demais encargos necessários à perfeita execução do objeto.

5.14. Os produtos deverão atender especificações mínimas, incluindo dimensões, índices de carga e velocidade, tipo de construção e aplicação compatível com os veículos da frota da SEMSA.

5.15. Os pneus deverão ser entregues acompanhados da respectiva Nota Fiscal, a qual deverá ser apresentada ao fiscal designado pela SEMSA para conferência e atesto.

5.16. Os pneus somente serão considerados entregues definitivamente após a verificação da quantidade, qualidade, conformidade técnica e compatibilidade com as especificações do Termo de Referência e do contrato, bem como mediante o devido atesto da Nota Fiscal pelo fiscal designado.

5.17. Caso os pneus entregues não atendam às exigências deste Termo de Referência e do contrato, a CONTRATADA deverá proceder à substituição integral no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da notificação da SEMSA/PMO, arcando com todos os custos decorrentes, inclusive frete, carga, descarga e seguros, quando cabível.

5.18. A garantia dos pneus fornecidos será aquela prevista no Termo de Referência e no contrato, observadas as condições do fabricante e a legislação aplicável.

5.19. Os pneus deverão atender integralmente às normas técnicas vigentes, especialmente às normas do INMETRO, do CONTRAN e da ABNT, quando aplicáveis, sendo de inteira responsabilidade da contratada a observância dos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, “f”, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e Art. 9º, Inciso VI da Instrução Normativa n.º 81/2022-SEGES/ME)

6.1. As atividades de fiscalização da execução das contratações compreendem um conjunto de ações que objetivam:

6.1.1. Aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela Administração para a contratação;

6.1.2. Verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas da CONTRATADA, se for o caso;

6.1.3. Prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao gestor do contrato para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, pagamento, reajuste, se for o caso, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas contratuais; e

6.1.4. Encaminhar ao gestor do contrato soluções e sugestões com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao contrato;

6.2. Entre as atribuições, compete ao fiscal de contrato e a seu substituto:

6.2.1. Acesso aos autos do contrato e do procedimento de contratação direta que o antecedeu, sempre que solicitado, podendo solicitar cópia dos documentos necessários à fiscalização;



- 6.2.2.** Informar ao gestor do contrato, de ofício ou a requerimento, todas as ocorrências relevantes referentes à execução contratual, inclusive eventuais atrasos e descumprimentos, bem como sugerir as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- 6.2.3.** Solicitar da CONTRATADA os documentos exigidos para a contratação, assim como a correção de falhas na execução contratual, inclusive cumprimento da legislação aplicável, e solicitar os reparos necessários para manutenção da execução contratual em condições adequadas;
- 6.2.4.** Informar às autoridades competentes as ilegalidades e irregularidades que constatar;
- 6.2.5.** Elaborar relatório registrando as ocorrências sobre o recebimento dos materiais referentes ao período de sua atuação, aquando do seu desligamento ou afastamento definitivo;
- 6.2.6.** Receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo do ato convocatório do contrato e seus anexos, da proposta da contratada, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização;
- 6.2.7.** A aferição do cumprimento da entrega do objeto contratado a qual deverá ser feita por meio de nota técnica, onde ateste o fornecimento no prazo previsto e em conformidade com as exigências e as especificações pactuadas;
- 6.2.8.** Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.2.9.** Caberá, ainda, ao fiscal do contrato atestar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela CONTRATANTE.
- 6.3.** Caso fique demonstrada irregularidade nos documentos de habilitação/qualificação, na execução ou entrega dos objetos, o fiscal do contrato deverá notificar a CONTRATADA para regularização;
- 6.3.1.** A manutenção da irregularidade, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, ensejará abertura de procedimento de apuração de irregularidade contratual que poderá resultar em extinção do contrato;
- 6.4.** A fiscalização e gestão do contrato será exercida por servidores designados por Portaria pela SEMSA, aos quais competirá acompanhar a execução da contratação e sanar as dúvidas que surgirem, nos termos do art. 104 e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 6.5.** A atuação do fiscal deverá contar com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais.
- 6.6.** Compete ao gestor do contrato e a seu substituto, levando em conta suas atribuições:
- 6.6.1.** Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- 6.6.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 6.6.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 6.6.4.** Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 6.6.5.** Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos Relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- 6.6.6.** Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 6.6.7.** Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;
- 6.6.8.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;



- 6.6.9.** Emitir as respectivas Ordens/Requisições de Compra;
- 6.6.10.** Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- 6.6.11.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.
- 6.7.** Nos contratos em que houver a exigência de garantia contratual, somente depois que esta for prestada o gestor do contrato poderá emitir o termo de recebimento definitivo do objeto, salvo justificativa expressa juntada ao processo do contrato;
- 6.8.** A fiscalização e gestão do contrato será exercida por servidores designados por Portaria pela CONTRATANTE, aos quais competirá acompanhar a execução da contratação e sanar as dúvidas que surgirem, nos termos do art. 104 e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.9. Das infrações e sanções administrativas.

6.9.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Oiapoque, pelo prazo de 03 (três) anos, sem prejuízos das multas previstas nesse Termo e das demais cominações legais, no que couber, a CONTRATADA que:

- 6.9.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 6.9.1.2.** Der causa à inexecução total do contrato;
- 6.9.1.3.** Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- 6.9.1.4.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 6.9.1.5.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 6.9.1.6.** Ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato sem motivo justificado;

6.9.2. Será aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade com consequente impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos entes federativos, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas nesse Termo e das demais cominações legais, a CONTRATADA que:

- 6.9.2.1.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a fase de contratação ou a execução do contrato;
- 6.9.2.2.** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 6.9.2.3.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.9.2.4.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 6.9.2.5.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.9.3. Também ficará sujeita a sanção prevista no Item **6.9.2.**, sem prejuízos das multas previstas nesse Termo e das demais cominações legais, a CONTRATADA que cometer quaisquer das infrações descritas nos Subitens de **6.9.1.1** a **6.9.1.6.**, quando devidamente justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Item **6.9.1.**

6.9.4. A sanção estabelecida no Item **6.9.2.** será precedida de análise jurídica e será aplicada pelo Secretário Municipal de Saúde de Oiapoque.

6.9.5. Pela inexecução parcial do contrato a COTRATADA ficará sujeito a sanção de advertência, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave, sem prejuízos das multas previstas nesse Termo e das demais cominações legais.

6.9.6. A CONTRATADA ficará sujeito a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas Subitens **6.9.1.1 a 6.9.1.6. e 6.9.2.1. a 6.9.2.5.**



6.9.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, podendo a CONTRATANTE converter em compensatória, bem como promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

6.9.8. As sanções previstas nos Itens **6.9.1. e 6.9.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no Item **6.7.6.**

6.9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela SEMSA a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando aplicável, ou será cobrada judicialmente.

6.9.10. A aplicação das sanções previstas nos Itens **6.9.1., 6.9.2., 6.9.5., 6.9.6. e 6.9.7.** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à SEMSA/PMO.

6.9.11. Na aplicação da sanção de multa prevista no Item 6.9.6., será facultada a defesa do CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.9.12. A aplicação das sanções previstas nos Itens **6.9.1. e 6.9.2.** acarretará a instauração de processo de responsabilização da CONTRATADA, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.9.12.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o Item 6.9.12. será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

6.9.12.2. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a CONTRATADA poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

6.9.12.3. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

6.9.13. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pelo CONTRATADA, e será:

- I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o Item 6.9.12.;
- II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

6.9.14. Os atos previstos como infrações administrativas neste instrumento e em leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

6.9.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento e na legislação aplicável ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



6.9.16. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

6.9.17. É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a CONTRATANTE, desde que cumprido, cumulativamente:

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - Pagamento da multa;
- III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste Item.

6.9.17.1. A sanção pelas infrações previstas nos Subitens **6.9.2.1. e 6.9.2.5.** exigirá, como condição de reabilitação da licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

6.10. Da Extinção do Contrato:

6.10.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, os quais deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos;
- II. Desatendimento das determinações regulares emitidas Fiscal e/ou Gestor do Contrato ou por autoridade superior;
- III. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato;
- IV. Se vier a ser decretada a falência da CONTRATADA, instauração de insolvência civil ou dissolução da sociedade;
- V. Pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- VI. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- VII. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

6.10.3. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no Art. 125 da Lei n.º 14.133/2021;
- II. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração;

6.10.3.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do subitem 6.10.2 observarão as seguintes disposições:

- I. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;



II. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

6.10.4. A extinção do contrato poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

6.10.4.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

6.10.5. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I. Devolução da garantia;

II. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III. Pagamento do custo da desmobilização.

6.10.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, as seguintes consequências:

I. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III. execução da garantia contratual para:

a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

6.10.6.1. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do subitem 6.10.5 ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

6.10.6.2. Na hipótese do inciso II do subitem 6.10.5, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

6.10.7. Configuram, ainda, hipóteses de extinção do contrato por iniciativa da CONTRATANTE, assegurada a ampla defesa e o contraditório, a ocorrência dos seguintes casos:

6.10.7.1. Se a CONTRATADA transferir os serviços a que se refere o presente contrato a outrem, no todo ou em parte, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

6.10.7.2. Se houver morosidade no andamento dos trabalhos ou se eles ficarem paralisados por mais de 15 (quinze) dias consecutivos sem causa justificada, em obediência ao princípio da continuidade do serviço público;

6.10.7.3. Se a CONTRATADA impedir ou dificultar a ação da fiscalização, ou desatender as determinações regulares da autoridade designada do CONTRATANTE, ou de seus superiores;

6.10.7.4. Se a CONTRATADA apresentar resultados insatisfatórios do ponto de vista técnico, a critério do CONTRATANTE.



6.10.7.5. Se a CONTRATADA deixar de cumprir ou cumprir de forma irregular qualquer das cláusulas do presente Contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Art. 6º, Inciso XXIII, “g”, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e Art. 9º, Inciso VII da Instrução Normativa n.º 81/2022-SEGES/ME)

7.1. O objeto contratual será medido mediante apuração dos produtos solicitados e efetivamente entregues, devendo a CONTRATADA expedir a Nota Fiscal/Fatura referente ao quantitativo solicitado.

7.10.2. A emissão antecipada do documento de cobrança não implicará adiantamento para o pagamento da despesa.

7.2. A liquidação e o respectivo pagamento serão efetuados até o 5º (quinto) dia útil após a certificação da Nota Fiscal/Fatura.

7.10.3. O pagamento será feito em moeda corrente, através de transferência Bancária em conta da CONTRATADA, após o atesto pelo fiscal do contrato da Nota Fiscal/Fatura apresentada, desde que os serviços estejam em conformidade com as exigências contratuais e que não haja fator impeditivo imputável à CONTRATADA.

7.3. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária.

7.4. Sobre a Nota Fiscal/Fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e aplicáveis, bem como as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas.

7.10.4. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante do SIMPLES, deverá apresentar junto com a Nota Fiscal/Fatura, cópia do respectivo comprovante, conforme art. 141, da Lei nº 14.133/2021.

7.5. O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade da CONTRATADA, ficando a mesma ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à execução dos serviços, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

7.7. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.8. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.9. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira por parte desta, seja em virtude de penalidade, indenização, inadimplência contratual ou qualquer outra de sua responsabilidade.

7.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = $\frac{(6/100)}{365}$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.11. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA.



7.12. A CONTRATANTE reserva-se o direito de reter qualquer quantia ou crédito porventura existente em favor da CONTRATADA, enquanto existirem obrigações não cumpridas.

7.13. É facultada a retenção dos créditos decorrentes dos contratos, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.14. Consoante normativa insculpida no Art. 141 da Lei n.º 14.133/21, nos pagamentos a serem realizados pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:

7.14.1. fornecimento de bens;

7.14.2. locações;

7.14.3. prestação de serviços;

7.14.4. realização de obras.

7.15. A ordem cronológica referida no subitem 7.14 poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

7.15.1. grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

7.15.2. pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

7.15.3. pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

7.15.4. pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

7.15.5. pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

7.16. A inobservância imotivada da ordem cronológica referida no subitem 7.14 ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.

7.17. Do Reajuste:

7.17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.17.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

7.17.2.1. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.17.2.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.



7.17.3. O reajuste será realizado por apostilamento, conforme Art. 136, Inciso I da Lei n.º 14.133/21.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, “h”, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Art. 9º, Inciso VIII da Instrução Normativa n.º 81/2022-SEGES/ME)

8.1. O objeto será contratado mediante contratação direta através de dispensa de licitação, fundamentada Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

8.1.1. No presente caso, sugere-se a dispensa de licitação sem disputa. A sugestão aqui trazida decorre do fato de que a “possível” potencial economia obtida em uma disputa não compensa o custo processual que está diretamente proporcional ao tempo gasto no processo administrativo de contratação. Isso porque, na dispensa com disputa exige-se um prazo mínimo de 4 (quatro) dias, sendo 1 (um) dia para cadastrar a divulgação do aviso e mais 3 (três) dias para a finalização da disputa. Portanto, a “potencialidade” do desconto a ser obtido na disputa não compensa o aumento do custo processual, tornando a Dispensa com disputa “deficitária”.

8.1.2. Por outro lado, a Administração deverá valer-se de propostas de empresas do ramo pertinente ao objeto para aferição da proposta mais vantajosa para Administração Pública, a fim da obtenção do melhor preço. Além do mais, consta do Anexo I do Estudo Técnico Preliminar – ETP a composição dos custos que geraram o valor estimado da contratação, o qual servirá de base para verificação da proposta mais vantajosa para a Administração. Dessa forma, a realização da dispensa de licitação sem disputa não interferirá do ponto de vista técnico e econômico na vantajosidade a ser obtida pela CONTRATANTE.

8.2. Conforme Art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, não poderá participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

8.2.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

8.2.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

8.2.3. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à contratação, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.3. Não poderão participar, também, da execução do contrato, direta ou indiretamente:

8.3.1. Empresas que tenham em seu quadro de pessoal servidor ou dirigente, efetivo ou não, vinculado à Prefeitura Municipal de Oiapoque – AP;

8.3.2. Empresas que estejam suspensas temporariamente ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública.

8.4. Para fins de habilitação a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

8.4.1. PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.4.1.1. Cédula de identidade do empresário (no caso de empresário, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa Ltda), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima); e

8.4.1.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) do empresário (no caso de microempreendedor individual, ou empresário, ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI), ou de todos os sócios (no caso de sociedade civil ou empresa Ltda), ou do presidente (no caso de cooperativa, fundação ou sociedade anônima), comprovando a inscrição para com a Fazenda Federal.

8.4.1.2.1. É facultada a apresentação da prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF), se a numeração do mesmo estiver explícita na cédula de identidade.



- 8.4.1.2.2. Inscrição de Microempreendedor Individual-MEI; ou
- 8.4.1.2.3. Requerimento de Empresário, no caso de empresa individual; ou
- 8.4.1.2.4. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI; ou
- 8.4.1.2.5. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

8.4.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 8.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, comprovando possuir situação cadastral ativa para com a Fazenda Federal.
- 8.4.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver.
- 8.4.2.3. Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e "Previdenciária", comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal e INSS, conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014 (Ministério da Fazenda).
- 8.4.2.4. Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede da Pessoa Física/Jurídica, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.
- 8.4.2.5. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativa à atividade econômica, expedida pelo Município do domicílio ou sede da Pessoa Física/Jurídica, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal.
- 8.4.2.6. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- 8.4.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Positiva com efeitos de Negativa, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.4.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 8.4.3.1. A verificação da qualificação técnica se dará por meio da comprovação de aptidão para a execução do objeto, mediante a apresentação de no mínimo 01(um) atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa executou serviços iguais ou similares ao objeto, em períodos sucessivos ou não por um prazo mínimo de 01(um) ano.

8.4.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 8.4.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
 - 8.4.4.1.1. Os documentos descritos no Subitem 8.4.4.1. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.4.4.2. Os documentos descritos nos subitens 8.4.4.1. e 8.4.4.1.1. poderão ser substituídos por declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo proponente dos índices econômicos previstos no Processo de contratação direta.
 - 8.4.4.2.1. Para se valer da Declaração descrita no subitem 8.4.4.2. a proponente deverá apresentar Certidão de Habilitação Profissional do responsável pela declaração prestada.
- 8.4.4.3. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
 - 8.4.4.3.1. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, a comissão exigirá que a proponente apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação;



8.4.4.3.2. A proponente em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira exigidos para a contratação.

8.4.5. Serão ainda exigidos para fins de habilitação:

8.4.5.1. Declaração Conjunta de que a CONTRATADA:

- a) Não se encontra impedida de contratar sob nenhuma das hipóteses previstas no art. 14 da lei federal nº 14.133/2021;
- b) Cumpre as exigências de reserva de cargo para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Cumpre com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da constituição federal, que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso, ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos. Salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos;
- d) Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações contratadas;
- e) Não realizou doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar no dia 02 de outubro de 2015, conforme lei federal nº 9.504/1997 e 12.232/2010; e
- f) Comunicará ao município qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar as situações acima declaradas.

8.4.5.2. Declaração que o(s) empresário / sócio(s) / dirigente(s) / responsável(éis) técnico(s) não é(são) servidor(es) público(s) do Município de Oiapoque/AP.

8.4.5.3. Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

8.4.5.4. Declaração de Inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação.

8.4.5.5. Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto.

8.4.5.6. Declaração de Enquadramento na Condição de ME ou EPP, se for o caso.

8.4.5.7. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.4.6. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.4.6.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4.6.2. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.6.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.6.4. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.4.6.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



8.4.6.6. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.4.6.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.4.6.8. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.4.6.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto.

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, “i”, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Art. 9º, Inciso IX da Instrução Normativa n.º 81/2022-SEGES/ME)

9.1. Em consonância aos procedimentos que norteiam a Administração Pública, ainda na fase interna, foi realizado pesquisa de mercado a fim de elaborar orçamento estimado para contratação, com o objetivo a identificar quais os valores praticados no mercado para o objeto pretendido.

9.2. Nessa perspectiva, tendo em vista a pesquisa de preços em avença a necessidade de **AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, PARA ATENDER DEMANDAS DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OIAPOQUE**, é apresentado Relatório de Pesquisa de Mercado a seguir:

9.3. A estimativa de preço foi realizada mediante pesquisa direta com empresas do ramo pertinente ao objeto, com fundamento no Art. 23, §1º, Inciso IV da Lei n.º 14.133/21 e Art. 5º, Inciso IV da Instrução Normativa n.º 65/2021, a seguir transcritos:

“Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.”

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

(...)

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;”.

“Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:



(...)

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório. (Grifo nosso).

9.4. A escolha das empresas para realização da pesquisa de preços se fundamentou primeiramente em virtude do Município de Oiapoque não dispor, ainda, de Banco de Preços; em segundo lugar em razão de que muitas vezes os valores obtidos através da pesquisa no site painel de preços ou em contratações similares efetuadas por Órgãos da Administração Pública estranhos ao Município de Oiapoque e ao Estado do Amapá, não refletirem a realidade de mercado desta municipalidade e do Estado como um todo. Portanto, a escolha das empresas se baseou na regionalidade, na facilidade de acesso ao mercado e no potencial custo/benefício a ser obtido, atendendo, dessa forma, aos princípios constitucionais que vinculam a Administração, em especial o da legalidade, eficiência, economicidade, celeridade, etc.

9.5. No tocante, a metodologia aplicada para a definição do preço estimado foi adotada como base a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, conforme normativo inserto no Art. 6º da Instrução Normativa n.º 65/2021, abaixo transcrito:

“Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.”
(Destaque nosso)

9.6. Quanto ao método matemático aplicado para a definição do valor estimado foi tomado como base a média dos preços. Nesse contexto se justifica a metodologia com o objetivo de dispor de uma estimativa de preço que esteja condizente ao praticado no mercado, cujo valor médio global foi de **R\$ 60.696,67 (SESSENTA MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS)** conforme Mapa de Preços que compõe os autos do presente processo.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, “j”, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Art. 9º, Inciso X da Instrução Normativa n.º 81/2022-SEGES/ME)

10.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Saúde de Oiapoque para o exercício de 2026, abaixo descritos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE /FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXERCICIO FINANCEIRO	2026
Função	10 – Saúde
Sub Função	301- Bloco da Atenção Básica
Programa de Trabalho	0002- Gestão em Saúde
Ação	2054- Gestão das Atividades das Unidades Básica e Posto de Saúde/PS
Natureza da Despesa	3.3.90.30 – Material de Consumo
Fonte:	1.500.1002.000000– Recurso Próprios – Saúde (ASPS) 1.600.0000.000000- Transferência de Recurso do SUS- Custeio

EXERCICIO FINANCEIRO	2026
Função	10 – Saúde
Sub Função	305- Vigilância em Saúde



Programa de Trabalho	0002- Gestão em Saúde
Ação	2053- Gestão do Piso Fixo de vigilância e Promoção a Saúde-PFVPS
Natureza da Despesa	3.3.90.30 - Material de Consumo
Fonte:	1.500.1002.000000- Recurso Próprios – Saúde (ASPS) 1.600.0000.000000- Transferência de Recurso do SUS- Custeio

10.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentaria respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CHARLIE DA SILVA COELHO

Presidente Equipe de Planejamento
Portaria n.º 297/2025-GAB/PMO

WANDO GOMES DOS SANTOS

Membro Equipe de Planejamento
Portaria n.º 297/2025-GAB/PMO

ALESSANDRA COELHO PESSÔA

Membro Equipe de Planejamento
Portaria n.º 297/2025-GAB/PMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE
SEMSA
Oiapoque-Ap



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4A1E-1528-2734-242E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALESSANDRA COELHO PESSOA (CPF 700.XXX.XXX-85) em 09/02/2026 18:24:24 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CHARLIE DA SILVA COELHO (CPF 432.XXX.XXX-34) em 09/02/2026 18:25:13 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



WANDO GOMES DOS SANTOS (CPF 625.XXX.XXX-04) em 09/02/2026 20:55:34 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://oiapoque.1doc.com.br/verificacao/4A1E-1528-2734-242E>